

**COMPROMISSO
DE ZARATTINI,
SALVAR VIDAS PARA SALVAR
A ECONOMIA DO PAÍS**

Brasília - 2020

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Bolsonaro faz mal ao Brasil.....	7
O descaso do governo Bolsonaro com o povo.....	12
PT lutou pelo auxílio emergencial de R\$ 600.....	14
Brasil enfrenta crise social e econômica: não vamos aceitar que o povo pague o pato... 17	
Bolsonaro volta atrás e impede progressão da carreira de servidores da linha de frente no combate à covid-19.....	20
Zarattini cobra recursos para as micro e pequenas empresas.....	23
Desoneração da folha de pagamento: vitória dos trabalhadores.....	25
Bolsonaro não cuida nem do povo nem da economia do Brasil: entrega sistema de gás para multinacionais.....	26
Zarattini apresentou projeto para garantir renda e redução de custos para profissionais do transporte durante a crise do coronavírus.....	31
Congresso aprovou ajuda de R\$ 3 bilhões para o setor cultural.....	31
Zarattini denunciou ação de Bruno Covas: não se pode reduzir o transporte público em plena pandemia.....	32
Zarattini destinou R\$ 4,7 milhões para o SUS do estado de São Paulo.....	32
Zarattini garantiu isenção do pagamento da conta de luz para famílias de baixa renda por três meses.....	32
“Para que essa angústia?”: o governo Bolsonaro não cuida do povo brasileiro.....	34

APRESENTAÇÃO

O ano de 2020 foi marcado pela maior crise de saúde pública da história com a pandemia do coronavírus. Esse cenário se agravou diante da incompetência do presidente Jair Bolsonaro que preferiu seguir na sua guerra ideológica ignorando a existência da doença e a sua letalidade do que trabalhar para proteger os brasileiros. Com isso, o Brasil encerra o ano com mais de 187 mil brasileiros mortos pelo coronavírus, 14 milhões de desempregados, aumento da conta de luz, do botijão de gás, preço da cesta básica disparou, 40 milhões na informalidade, venda da Petrobras aos pedaços, desmonte da indústria nacional.

Mesmo com o descaso do desgoverno Bolsonaro, os partidos de oposição lutaram para cuidar da população e evitar um caos social e econômico ainda maior no País. Como líder da Minoria no Congresso Nacional, ajudei a aprovar medidas importantes para combater os efeitos da pandemia. Também foi grande a nossa luta para derrubar vetos que o presidente quis impor a importantes projetos que buscavam o bem do povo e do desenvolvimento do país.

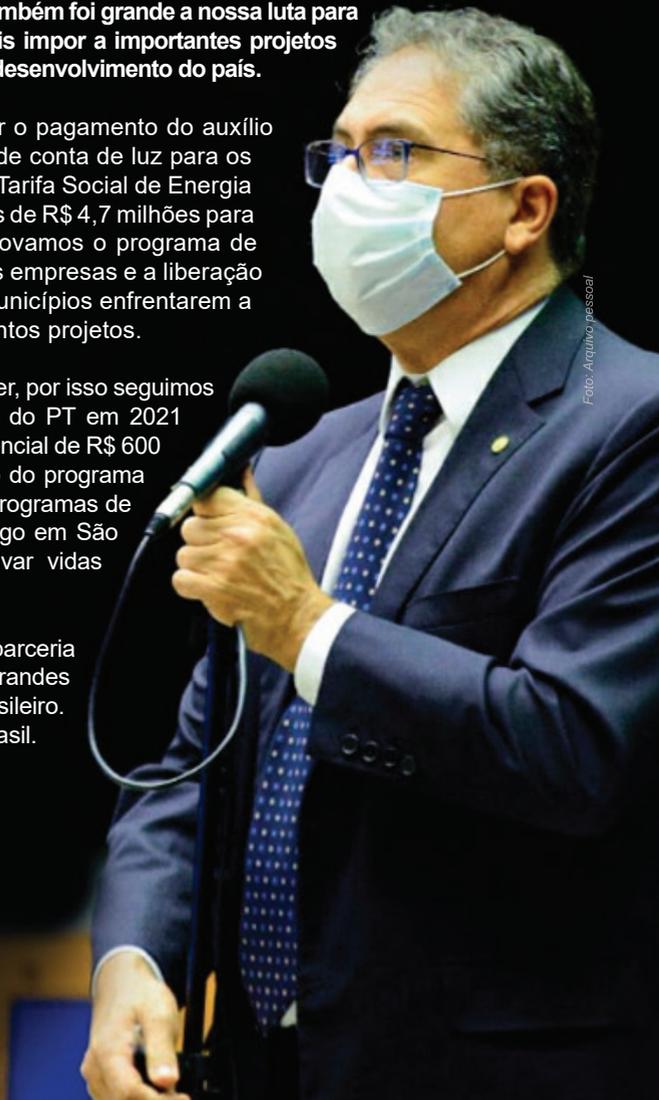
O nosso mandato ajudou a garantir o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600, a isenção de conta de luz para os mais pobres por meio do programa Tarifa Social de Energia por três meses, encaminhamos mais de R\$ 4,7 milhões para SUS do Estado de São Paulo, aprovamos o programa de recuperação para micro e pequenas empresas e a liberação de R\$ 60 bilhões para Estados e Municípios enfrentarem a crise econômica, além de outros tantos projetos.

Sabemos que ainda há muito por fazer, por isso seguimos na luta democrática. O foco central do PT em 2021 será a prorrogação do auxílio emergencial de R\$ 600 até, no mínimo, março, a aprovação do programa Mais Bolsa Família e o retorno dos programas de habitação popular para gerar emprego em São Paulo e no Brasil. Precisamos salvar vidas para salvar a economia do país.

Agradeço a todos e todas pela parceria e desejo que 2021 seja ano de grandes vitórias e conquistas para o povo brasileiro. Seguiremos na luta em defesa do Brasil.

Um abraço,

Carlos Zanatti



BOLSONARO FAZ MAL AO BRASIL

Discurso proferido no Plenário da Câmara no dia 21 de maio de 2020

Ao longo do ano de 2020, os partidos de oposição na Câmara denunciaram as medidas irresponsáveis, criminosas e genocidas de Bolsonaro. Deputado Zarattini, líder da Minoria no Congresso Nacional, proferiu vários discursos nas sessões da Câmara (presenciais ou virtuais) para criticar duramente as ações inócuas do presidente no combate à pandemia do coronavírus e o papel do Congresso na aprovação de medidas de apoio ao povo brasileiro.

“Eu queria aproveitar o tempo de Líder para ler alguns trechos da Carta Aberta emitida hoje pelo Conselho Nacional de Saúde, que é um órgão superior do Sistema Único de Saúde - SUS.

O Conselho Nacional de Saúde soltou uma carta aberta classificando de “irresponsáveis, criminosas e genocidas” as atitudes do presidente Bolsonaro perante a pandemia, e chama de “desastrosa” as políticas do ministro Paulo Guedes para mitigar os efeitos da crise gerada pelo novo coronavírus.

(...) Não temos dúvidas de que as mortes causadas pelo novo coronavírus pesarão sobre os ombros do governo Bolsonaro em meio à crescente crise política e ao desarranjo do pacto federativo inaugurado pela Constituição de 1988 e pode culminar no seu impeachment.

*(...)
Não bastasse atitudes irresponsáveis, criminosas e genocidas, além da campanha de desinformação disseminada pelo presidente, o ministro Paulo Guedes aplicou e aplica uma política de austeridade fiscal danosa, que se encontra sob fogo cruzado das principais economias do mundo, inclusive por aquelas que a defendiam como única alternativa pouco tempo atrás.*

*(...)
(...) a falta de coordenação tripartite e a política desastrosa de Paulo Guedes estrangulam a destinação de verbas para Estados e Municípios, para pequenas e médias empresas, para os trabalhadores formais, informais e desempregados, inviabilizando na prática a estratégia de isolamento social das famílias brasileiras.*



Foto: Coelho - Getty Images

Foto: Gabriel Paiva

(...)

Dada à regra do teto de gastos da União, estabelecida pela Emenda Constitucional nº 95, que retirou R\$ 22,5 bilhões do SUS desde 2018, a liberação de recursos tem sido pequena para o combate da Covid-19, quer para as de saúde (menos de 11% do orçamento federal) - onde a atenção primária cumpre um papel essencial na prevenção e controle do contágio, quer para ações econômicas - contribuindo para que a adesão da população à quarentena tenha ficado abaixo dos 70% recomendados.

(...)

Diante do Decreto de Calamidade Pública, o atual ministro da Saúde, Nelson Teich não pode omitir-se diante de tais fatos, tampouco compactuar com qualquer tipo de sabotagem no combate à doença e à economia popular, jamais renunciando ao objetivo de salvar vidas, preservar empregos e cuidar dos profissionais (...).

E conclui:

Atender à pauta econômica, sobrepondo a necessidade de zelar pela vida dos cidadãos e cidadãs, não é uma estratégia segura nem coerente neste momento. Capital se ganha, se perde e se recupera novamente, mas vidas perdidas não podem ser recuperadas.



Foto: Bruno Kelly - Reuters

479 mortes e o presidente disse “E daí?”

Eu queria, Sr. presidente, Sras. e Srs. deputados, parabenizar o Conselho Nacional de Saúde pela coragem de emitir uma nota como essa, porque é uma nota que vai no ponto, acusa claramente este governo de não estar lutando para preservar vidas. E isso ficou claro ontem, quando houve 479 mortes, e o Presidente disse: “E daí?”.

Um presidente da República que está se lixando para centenas e milhares de mortes no seu país é um presidente que não pode continuar governando; é um presidente que não tem as condições morais de continuar governando; é um presidente que tem de sair o mais rápido possível, porque nós precisamos, neste momento, efetivamente, de quem queira cuidar do povo brasileiro; cuidar do ponto de vista da saúde, cuidar do ponto de vista da economia, garantindo que as pessoas tenham condições de sobrevivência, permitindo que as pessoas possam ter assistência médica, possam ter tratamento, possam fazer os testes.

Quando o ministro da Saúde entrou, ele disse que iria fazer testes em larga escala. Onde estão os testes, ministro? Onde estão os testes que o senhor tanto queria fazer? Agora que o senhor tem toda a área de logística do Exército ao seu lado, por que não os faz? Por que não inicia? Por que não se distribuem recursos aos Estados e Municípios? Até agora foram apenas 5,5 bilhões de reais para o ministério da Saúde, e só foi transferido 1 bilhão de reais para os Estados e Municípios.



Foto: Alex Pazuello / Semcom

Governo federal demora a dar apoio aos Estados e Municípios

Sr. presidente, o governo só tratou de articular uma coisa até agora: fazer parar, lá no Senado, os projetos de compensação do Fundo de Participação dos Municípios, os projetos do Fundo de Participação dos Estados, a compensação pela perda desses recursos aos estados e municípios. Ele parou também um projeto que nós construímos na Câmara, o Projeto de Lei Complementar nº 149, de 2019, que garantiria aos Estados e Municípios a recomposição da sua arrecadação.

E não venha o governo dizer que não tem recursos, porque ele tem. O Banco Central tem mais de 450 bilhões de reais de lucro por operações cambiais. O Tesouro Nacional tem mais de 450 bilhões de reais para pagamento da dívida interna.

Ora, nós não estamos falando aqui em gastar 900 bilhões ou 950 bilhões de reais, nós estamos falando de repor aquilo que é necessário aos Estados e Municípios. Nós precisamos garantir que os Estados e Municípios tenham condições operacionais de continuar funcionando, porque, sem eles, não haverá tratamento para as pessoas, não haverá condições de se fornecer uma política de assistência social que permita a sobrevivência das famílias. Os Estados e Municípios, a partir da semana que vem, vão ter dificuldades com a sua folha pagamento. E nós precisamos, urgentemente, que o Senado vote esses projetos, e, mais urgentemente ainda, que o presidente da República sancione e, ao mesmo tempo, libere esses recursos.

O Brasil, hoje, vive numa situação caótica, na qual se revela como um país que tem os maiores índices de infecção do mundo, como um país que vem atingindo, rapidamente, as condições de ser um dos recordistas no número de mortes nessa pandemia.

Economia se recupera, vidas não

Infelizmente, nós estamos vivendo essa situação, que, para nós da oposição, não é nenhum motivo de felicidade, é motivo de tristeza, é motivo de pesar. É por isso que nós estamos aqui lutando tanto para que sejam aprovados projetos que garantam ao povo brasileiro condições de saúde e de sobrevivência econômica.



Foto: Gabriel Paiva

Deputada Federal
ÉRIKA KOKAY (PT/DF)

Deputada Federal
NATÁLIA BONAVIDES (PT/RN)

O governo tem recursos e deles pode dispor. Nós não podemos aceitar um ministro da Economia que queira manter a mesma política anterior. A política deve ser de redução do déficit, de garantia de que o país tenha equilíbrio fiscal. Nós aprovamos uma política de “orçamento de guerra”. Vamos voltar a votar! Gostaríamos que fosse votada o mais rápido possível essa PEC 10, para que, efetivamente, o governo não tenha nenhum motivo para dizer que não pode gastar o que for necessário, porque, efetivamente, ele vai poder gastar e vai poder garantir, se quiser, as condições de sobrevivência do povo brasileiro.

A economia, tenho certeza, poderá se recuperar se, de fato, esse governo, após a pandemia, abandonar aquela sua visão restritiva de que o mercado regula tudo, porque, para sair dessa crise, nós não teremos mercado externo, que está bloqueado. Não existem mais exportações de petróleo, não existem mais exportações de aço e de ferro, não existe sequer o mesmo volume de exportações na agricultura.

Nós vamos precisar do mercado interno, nós vamos precisar que as pessoas tenham dinheiro no bolso, que as pessoas possam gastar esse dinheiro, consumir, para reativar a economia.

Mais uma vez, sr. presidente, quero parabenizar o Conselho Nacional de Saúde por sua nota de hoje. Ela vai ao ponto. Chega da política genocida de Paulo Guedes e de Bolsonaro. Temos de pôr um fim nisso. E nós queremos construir com o Congresso uma solução política para isso.

Parabéns a todos os congressistas brasileiros!



Deputado Federal
CARLOS ZARATTINI (PT/SP)

Deputado Federal
PAULO PIMENTA (PT/RS)

O DESCASO DO GOVERNO BOLSONARO COM O POVO

Em meio à pandemia, Bolsonaro ironizou, invalidou e desdenhou da doença que já matou mais de 185 mil pessoas no Brasil. Confira as declarações do genocida:

9 de março
“Superdimensionado”

“Tem a questão do coronavírus também que, no meu entender, está superdimensionado, o poder destruidor desse vírus”.

24 de março
“Gripezinha”

“Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão”.

Final de março
“Vamos todos morrer um dia”

“Essa é uma realidade, o vírus tá aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, porra. Não como um moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Todos nós iremos morrer um dia.”

Final de abril
“E daí?”

“E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”



As frase veiculadas neste material foram atribuídas ao presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, por meio da mídia. As falas (aspas) foram retiradas da Internet

10 de junho
"Cobre do seu governador"

"Cobre do seu governador".
"Lembro à Nação que, por decisão do STF, as ações de combate à pandemia ficaram sob total responsabilidade dos governadores e dos prefeitos".

Julho
pânico

"Não precisa entrar em pânico".

Agosto
vacina

"Ninguém pode ser obrigado a tomar a vacina".

24 de outubro
vacina obrigatória

"Vacina obrigatória só aqui no (cachorro) Faísca".

Novembro
"País de maricas"

"Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas. Olha que prato cheio para a imprensa. Prato cheio para a urubuzada que está ali atrás. Temos que enfrentar de peito aberto, lutar. Que geração é essa nossa?"

Charges: Latuff



LATUFF
2020

LATUFF2020
BRASIL247.COM

PT LUTOU PELO AUXÍLIO EMERGENCIAL DE R\$ 600

Discurso proferido no dia 20 de outubro de 2020

Deputado Zarattini lutou pela implantação e também pela prorrogação do auxílio emergencial de R\$ 600 até março de 2021. Em um de seus discursos ele cobrou uma posição do Congresso sobre o tema que aflije mais de 67 milhões de brasileiros.

“Nós, da Oposição, do PT, continuamos em obstrução a qualquer votação que não seja a Medida Provisória nº 1.000, de 2020, porque não existe nada mais urgente neste país do que resolver o problema da falta de recursos das famílias brasileiras.



Foto: Gustavo Bezerra

Nós estamos vendo os preços dos alimentos aumentarem. Não param de aumentar. Cada dia temos uma nova notícia: é o arroz, o feijão, o óleo, a carne. Os preços aumentam nas feiras, e as pessoas têm grandes dificuldades, exatamente porque o desemprego é da ordem de 20 milhões de pessoas. Esse número não apareceu ainda devido à forma como o IBGE mede o desemprego: só mede aqueles que procuram emprego. Mas a cada semana um número maior de pessoas tem procurado emprego. Então, na última pesquisa do IBGE já chegamos a 14 milhões. Mas é inevitável que cheguemos aos 20 milhões, porque não se gera emprego no país.

O governo continua trabalhando com a perspectiva de equilíbrio fiscal em um momento caótico como o que estamos vivendo hoje, um drama de milhões de famílias. São 67 milhões de pessoas e de famílias que tiveram o auxílio emergencial cortado pela metade. É fundamental que se restabeleça o valor de 600 reais. Vamos continuar lutando por isso, vamos continuar batalhando. Queremos que se faça uma sessão para discutir esse assunto.

Vereadores do PT denunciam golpe eleitoreiro do prefeito Bruno Covas



Foto: Ricardo Stuckert

Incrivelmente, vemos em muitos lugares candidatos se colocando em defesa tardia desse recurso para o povo, como é o caso de São Paulo, onde o prefeito Bruno Covas esperou, de abril até agora, para colocar em votação um auxílio emergencial municipal.

Ora, nós, do PT, apresentamos esse projeto em abril. Em abril! O prefeito fez de tudo para impedir a votação. O presidente da Câmara Municipal se recusou a pautar. E agora, a pouco mais de 20 dias das eleições, ele apresenta a votação desse projeto.

Nós somos favoráveis e vamos votar favoravelmente ao auxílio emergencial paulistano, só que vamos dizer claramente que está sendo feito agora porque tem eleição. Deveria ter sido feito em abril. Nós vamos continuar defendendo que seja feito. E, mais do que isso, nós queremos que seja permanente, porque na cidade de São Paulo o ano vai fechar com mais de 6 bilhões de reais sem destinação, sem empenho. São recursos em caixa, porque não caiu, como era previsto, a arrecadação.

O mais importante é a vida do povo

Então, é necessário, sim, que tenhamos um programa de emprego, de geração de empregos, que tenhamos condições de gerar emprego na cidade de São Paulo e no Brasil inteiro. Para isso, tem que ter política econômica. A política econômica do governo federal é uma política de destruição de empregos. A política que se faz nas prefeituras que têm mais condições, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, não é uma política de promover o emprego.

E emprego é fundamental neste momento em que nós estamos vivendo. As pessoas têm que ter as condições de superar este momento. E aí os governos Federal, Estaduais e Municipais têm obrigação de fazer isso. Nós aqui somos favoráveis a qualquer política que permita, orçamentariamente, dentro da legalidade, continuar com a política de auxílio a famílias.



Foto: Gustavo Bezerra

O tal do mercado financeiro fica dizendo que não se pode romper o teto de gastos, porque isso é um dogma, e não se pode escapar desse dogma. Mas nós vamos continuar insistindo: o mais importante neste país é a vida do povo, o mais importante neste país é o povo ter condições de sobrevivência. Para isso, é necessário o auxílio emergencial agora, e é necessária a geração de empregos.

E nós vamos defender medidas que gerem empregos, ainda que isso momentaneamente gere desequilíbrio fiscal, porque lidamos hoje com um “orçamento de guerra” aprovado neste Congresso e que deve ser executado.

BRASIL ENFRENTA CRISE SOCIAL E ECONÔMICA: NÃO VAMOS ACEITAR QUE O POVO PAGUE O PATO

Discurso proferido no dia 20 de outubro de 2020

Nesse discurso, Zarattini faz um alerta sobre a grave crise socioeconômica vivida pelo Brasil diante da incompetência do governo Bolsonaro e os impactos na sociedade com o fim do auxílio emergencial.

“Quero falar da grave situação socioeconômica que estamos vivendo, com milhões e milhões de trabalhadores e trabalhadoras vivendo uma situação de falta de perspectiva total.

O governo bate cabeça para resolver como fazer um programa de renda, de renda básica, mas cada vez apresenta uma proposta mais estranha. Já propôs acabar com o abono do PIS/PASEP, acabar com o Programa Farmácia Popular e congelar as aposentadorias. Agora vem com uma nova proposta de utilizar parte dos recursos do Fundeb, que já foi proposta rejeitada nesta Casa. Agora quer utilizar recursos de pagamento de precatórios.

O governo bate cabeça e bate cabeça porque não quer resolver da forma como tem que ser resolvida, ou seja, fazer uma tributação dos mais ricos, tributar aqueles que têm mais, os bilionários deste país, fazer a tributação sobre lucros e resultados, sobre as grandes fortunas, sobre as grandes heranças, para daí vir recursos.

E, evidentemente, excepcionalizar o teto de gastos para que se faça esse programa de renda. É necessário que se faça isso, e é absolutamente correto do ponto de vista da economia. Mas a situação não para por aí. A situação já começa grave agora. A oposição, Sr. presidente, apresentou um requerimento a essa Mesa para que seja antecipada a votação da Medida Provisória nº 1000, emitida pelo Jair Bolsonaro que corta o auxílio emergencial pela metade, de 600 reais para 300 reais.



Foto: Agência Brasil



Foto: Web

Auxílio Emergencial de R\$ 600 até o fim

Aqui eu tenho um dado: a Fundação Getúlio Vargas já apontou que o corte do auxílio emergencial significa devolver 11 milhões de pessoas para a pobreza em nosso país, sendo que 23,6% da população volta para a situação de pobreza, e a proporção da pobreza extrema sobe para 5% da população, com quase 6 milhões de pessoas a mais. Ou seja, vamos viver um momento de dificuldade.

Outra pesquisa. A PNAD diz que o impacto da epidemia tirou um quarto do rendimento dos trabalhadores do país: 25% da renda dos trabalhadores foi reduzida devido à pandemia. Portanto, é necessário que o governo mantenha esse auxílio emergencial em 600 reais.

É nós aqui da Câmara dos Deputados e do Senado Federal temos a obrigação de analisar essa medida provisória agora, porque em dezembro essa medida provisória já vai estar extinta, já vai ter produzido seus efeitos. Precisamos resolver esse problema agora. Por isso, queremos votar neste momento o nosso requerimento, vamos votar a Medida Provisória nº 1000.

É preciso que esse assunto seja debatido. O governo que venha aqui debater o motivo da redução do auxílio emergencial, até porque este Congresso garantiu o “orçamento de guerra”.

E para superar esta crise precisamos, evidentemente, manter o auxílio emergencial



Foto: Max Peixoto - Estadão Conteúdo

em 600 reais, resolver algumas pendências que impossibilitam que milhares de pessoas deixem de receber, como é o caso de transportadores escolares, taxistas, que porque no ano de 2018 tiveram uma renda superior de 28 mil reais neste ano não puderam receber.

Foto: Bruna Prado - Getty Images



Foto: Márcia Foletto - Agência O Globo

tempo, garantir para o povo brasileiro, para o povo que está precisando do auxílio emergencial, a manutenção do seu valor em 600 reais.

Aumentar o Bolsa Família tirando dos milionários

E queremos discutir, sim, a ampliação do Bolsa Família, mas queremos que se tire o dinheiro de quem tem muito, do andar de cima. Eu não diria nem do andar de cima, mas sim do último andar, daqueles que estão naqueles edifícios tão altos lá em São Paulo. É lá que está o cume do cume, aquele 1% que detém quase 50% da renda nacional. É desses que nós precisamos tirar para fazer a ampliação do Bolsa Família. O PT tem essa proposta, a oposição tem essa proposta. E nós queremos discuti-la aqui no Congresso.



Não queremos e não vamos aceitar congelamento de aposentadoria. Não vamos aceitar que se deixe de pagar precatório. Não vamos aceitar que não haja dinheiro para a educação pública, a partir da utilização para outros fins de um recurso que, depois de tanto tempo, aprovamos aqui nesta Casa a destinação para a educação.

É o caso também daqueles que receberam parcelas do seguro-desemprego até abril. Esses também não puderam receber. Estão desempregados e não puderam receber o auxílio emergencial. Portanto, nós temos que corrigir esses erros, corrigir essas distorções e, ao mesmo

Queremos esta solução: quem tem muito destina um pouco do muito que tem, para que possamos garantir aos trabalhadores uma renda básica decente que garanta sua sobrevivência neste país. E queremos a garantia do auxílio no valor de 600 reais até o final do ano.

BOLSONARO VOLTA ATRÁS E IMPEDE PROGRESSÃO DA CARREIRA DE SERVIDORES DA LINHA DE FRENTE NO COMBATE À COVID-19

Discurso proferido no Plenário da Câmara no dia 26 de agosto de 2020

Numa manobra criminoso, o governo Bolsonaro quebrou acordo com Congresso e vetou progressões de carreira de servidores que estão na linha de frente no combate ao coronavírus. Com a decisão, o funcionalismo ficará 2 anos sem qualquer tipo de aumento de salário.

“Gostaria de recapitular que essa discussão começou a partir do momento em que nós aprovamos o “orçamento de guerra”, que permitiu que o governo federal transferisse a Estados e Municípios recursos para compensar a queda de arrecadação por conta da paralisação das atividades econômicas. A análise dessa compensação foi iniciada pelo Senado, e o governo de Bolsonaro e de Paulo Guedes exigiu, em contrapartida, que os funcionários públicos estaduais e municipais das unidades federativas que recebessem essa transferência não tivessem nenhum tipo de reajuste.



Pois bem, o Senado Federal houve por bem tirar dessa restrição, para efeito de progressão de carreira, aqueles trabalhadores e trabalhadoras que estão diretamente envolvidos no combate à pandemia, ou seja, o pessoal da saúde, da segurança pública, da assistência social e de algumas outras categorias, pouca gente.

Quando a matéria chegou a esta Casa, houve várias emendas, e o líder do governo, o deputado Vitor Hugo, foi àquele microfone dizer que o presidente da República estava de acordo com a inclusão de mais categorias. Então, assim foi feito, porque o presidente da República deu o aval. Inclusive, o líder do governo disse no microfone do Plenário: “Eu não sou líder de um ministro, eu sou líder do governo”.

Naquele momento, todo este Plenário concordou em incluir mais categorias, o que depois o Senado ratificou. Esta é a história. O que nós estamos vendo hoje aqui é que estamos tentando corrigir uma coisa que foi feita pelo presidente, que concordou, depois vetou e agora vem dizer que aquilo com que ele concordou vai quebrar o país.

Ora, isso não vai quebrar o país, porque esses reajustes, que, na verdade, são progressões de carreira, já estavam previstos nos orçamentos municipais e estaduais e no próprio orçamento federal. Isso foi previsto antes da pandemia, porque as progressões são organizadas pelos planos de carreira.

Se o plano de carreira é certo ou errado, é outra discussão.



Foto: Carl de Souza - AFP



Foto: Gabriel Paiva

Zarattini se posiciona contra a retirada de direitos de servidores

Se querem fazer a reforma administrativa com as progressões de carreira, façam a reforma administrativa. Façam uma proposta de reforma administrativa, mas não utilizem o momento da pandemia para cortar os direitos dos trabalhadores - esta é a verdade! -, inclusive dos trabalhadores mais sacrificados, aqueles que estão se expondo cotidianamente ao coronavírus. Milhares deles foram infectados e talvez outros milhares tenham morrido por causa do seu trabalho e da sua dedicação.

Portanto, ao propor aqui derrubar o veto, a oposição quer fazer justiça a esses trabalhadores, justiça que foi reconhecida não só pela oposição, mas também por toda esta Casa, pelo Congresso Nacional e pelo próprio presidente da República quando, por meio do seu Líder, veio aqui dizer que concordava com esta ampliação.

Não podemos votar pela manutenção do veto. Nós temos que ter coerência política! Nós não vamos afundar o país. Isso é balela! Digo isso porque toda essa progressão está no orçamento. Nós precisamos derrubar este veto exatamente para garantir este direito pelo menos para os que estão se expondo mais. É para isso que estamos aqui. Esta é a situação. É isso que nós temos que resolver aqui no dia de hoje.

O funcionalismo público do Brasil está assistindo à sessão e tem que assistir mesmo, para saber qual é o posicionamento político de cada um dos deputados e deputadas. Esta situação tem que ficar marcada, porque muita gente vem aqui dizer que defende segurança, que defende professor, que defende médico, mas, na hora de votar, vota contra. É disso que nós temos que tratar agora.



ZARATTINI COBRA RECURSOS PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Discurso no dia 25 de maio de 2020

Os pequenos empresários atravessam a crise econômica sem qualquer apoio do governo federal. Durante sessão da Câmara, o líder da Minoria no Congresso Nacional, deputado federal Carlos Zarattini, criticou o governo Bolsonaro pela falta de apoio às micros e pequenas empresas e também cobrou do presidente Rodrigo Maia a abertura de processo de impeachment.

“Gostaria de ressaltar uma preocupação, que não é minha nem dos partidos de oposição, mas é de todo o país, que diz respeito aos recursos para pequenas e microempresas, recursos que não estão sendo liberados, o que levará essas empresas rapidamente à falência, e a falência levará milhões de trabalhadores ao desemprego. O governo federal, o Poder Executivo, é uma lástima na forma como atua. Durante 23 dias, o governo teve em suas mãos o projeto que o Congresso aprovou relativo ao apoio às microempresas e empresas de pequeno porte, que só foi sancionado agora, com 2 vetos importantes. Ele veta os 8 meses de carência para os financiamentos e a prorrogação em 180 dias do pagamento de parcelas para a Secretaria da Receita Federal.

É preciso socorrer as empresas e os trabalhadores

Pois bem, Sr. Presidente. Queria também chamar a atenção do presidente do Congresso, o senador Davi Alcolumbre. Precisamos urgentemente votar esses vetos, precisamos votar esses vetos fundamentais, bem como votar os vetos relativos ao programa do abono de emergência, do segundo projeto, do qual foi vetada a retirada da limitação de 28 mil reais de rendimentos no ano de 2018. Ora, milhares de pessoas deixaram de ter renda em 2019, estão desempregadas ou paradas, e não podem receber os 600 reais, bem como outras milhares de pessoas - motoristas de Uber, taxistas, de diversas profissões - estão paradas, e não podem receber os 600 reais. É urgente que o Congresso vote esses vetos e derrube esses vetos. Nós não podemos, nesta situação em que vivemos, deixar sem recursos a maioria da população.



Foto: Reprodução / Ponds

Foto: Web

Nós temos que votar urgentemente também a Medida Provisória nº 944, porque ela não tem resolvido o problema das empresas. É uma medida provisória que garante o pagamento de salários pelas empresas com faturamento acima de 360 mil reais e de até 10 milhões de reais. Ora, dos recursos disponibilizados, nem 10% saíram. Exatamente por quê? Porque o Sistema Financeiro Nacional, melhor dizendo, os bancos não estão disponibilizando os recursos, criam todos os tipos de barreiras.

As empresas estão falindo, simplesmente falindo, e os trabalhadores estão perdendo o emprego aos milhões neste país. Nós vamos viver um drama, Sr. presidente, um drama gigantesco. Na hora em que for encerrada esta quarentena, vamos ter um exército de desempregados, como nunca visto na história deste país, um exército de microempresários e de pequenos empresários falidos.

Bolsonaro não tem condições de governar: impeachment já!



Foto: Gabriel Paiva

O governo, Sr. presidente, o Sr. Paulo Guedes e o Sr. Bolsonaro nada fazem. Estão paralisados, e o país está se dissolvendo. É por essa razão, entre outras, além dos crimes de responsabilidade que este governo vem cometendo, que nós precisamos afastar o presidente da República. Ele não tem condições de governar, ele passa o tempo todo fazendo a chamada “guerra ideológica”, ele não cuida dos problemas do país, ele não trabalha, sr. presidente. Estamos vendo aí um governo parado.



Foto: Bernildes Rodrigues

O Ministério da Saúde já está há quantos dias sem ministro? O ministro interino na verdade está loteando o ministério com os próprios militares. Onde vamos parar com isso, em vez de organizar o ministério? Ora, Sr. presidente, precisamos de um governo que respeite o povo brasileiro. Temos já milhares de pessoas mortas e outras tantas atingidas por esta pandemia. Precisamos de um governo que realmente reorganize o país. Por isso é necessário que o Sr. Rodrigo Maia aceite alguns dos pedidos de impeachment e dê início ao processo, para que possamos urgentemente substituir este governo por um governo que se preocupe com o povo brasileiro.

Desoneração da Folha de Pagamento: VITÓRIA DOS TRABALHADORES



Foto: Arquivo Pessoal

Mesmo com a pressão de Bolsonaro, o Congresso aprovou a derrubada do veto presidencial 26/2020 que impedia a prorrogação da desoneração da folha de pagamento de empresas até 2021. Com a decisão, 17 setores da economia terão o benefício de contribuir para a Previdência Social com um percentual que varia de 1% a 4,5% sobre o faturamento bruto. Antes, as empresas pagavam 20% de contribuição sobre a folha de pagamento.

Deputado Zarattini, Líder da Minoria no Congresso, que coordenou a votação na Câmara, comemorou. **“A derrubada desse veto da desoneração é uma vitória do Congresso Nacional, porque o governo é uma verdadeira atrapalhão e não sabe por onde caminhar! Tentou de todo jeito aprovar aqui, aprovar na sociedade, a volta da CPMF. Então, quis de todas as formas apresentar a volta da CPMF como contrapartida à manutenção da desoneração. Mas não conseguiu”.**

BOLSONARO NÃO CUIDA NEM DO POVO NEM DA ECONOMIA DO BRASIL: ENTREGA SISTEMA DE GÁS PARA MULTINACIONAIS

Discurso proferido no Plenário da Câmara no dia 1º de setembro de 2020.

Com propostas mirabolantes, números sem comprovação e propagandas mentirosas, a dupla Jair Bolsonaro e Paulo Guedes vão gerindo a economia brasileira. A última foi a Lei do Gás. O projeto aprovado acabou com o monopólio das distribuidoras de gás nos Estados e jogou para a iniciativa privada a infraestrutura de transporte.

“Gostaríamos de falar sobre este projeto, em primeiro lugar, avaliando que realmente é necessário que avancemos numa legislação do gás em nosso país, de forma a permitir a universalização do consumo do gás, ou seja, a fim de que mais pessoas e empresas possam utilizar o gás como fonte de energia. O gás é uma energia mais limpa, que permite uma evolução.



Foto: Gerardo Kosinski / Petrobras

Gás: o Brasil está desperdiçando uma riqueza natural

É importante também termos essa nova lei para utilizar uma das nossas maiores riquezas naturais, que é um derivado do petróleo do pré-sal. Nós hoje estamos reinjetando nos poços do pré-sal 45 milhões de metros cúbicos por dia. Estamos desperdiçando uma riqueza natural, porque esse gás que está sendo reinjetado muito dificilmente se recupera, e a cada dia estamos perdendo essa riqueza.

Este projeto da Lei do Gás é mais uma arenga do Sr. Paulo Guedes. É mais uma fantasia dizer que isso vai trazer bilhões de reais em investimentos. Mas esses bilhões de reais vão ser investidos onde? De que forma? É necessário que haja investimento sim, mas para levar os dutos do gás para o interior do país; investimento para garantir que esses dutos permitam que o gás chegue a Brasília, a Goiânia, a Teresina, a Petrolina, a tantas cidades deste país que têm mercado consumidor, não só para empresas, para consumidores, mas também para usinas termoeletricas. Hoje temos usinas termoeletricas a carvão e a óleo. É necessário substituir essas usinas termoeletricas por usinas a gás, que são mais baratas e mais limpas.



Foto: Ag. Petrobras

Foto: Web



Foto: Web

Este projeto propõe a desverticalização do sistema, ou seja, empresas que extraem petróleo e gás não poderão participar do transporte e da distribuição de gás. É consequência da política de privatização da Petrobras, em que se articulou um termo de ajustamento de conduta do CADE com a Diretoria da Petrobras, que assinou numa boa. A Petrobras saiu do setor de gás. Vendeu a GASPETRO, vendeu os seus dutos e hoje não participa mais do mercado de gás.

Tiraram a Petrobras do gás

Qual é o motivo disso? Por que a Petrobras não participa? Aí vêm, muitas vezes com razão, os que dizem: “A Petrobras acaba monopolizando os dutos, tomando conta deles e fazendo o preço do gás”.

Ora, a atual Lei do Gás, a que está em vigor, foi feita aqui em 2007 e já prevê a obrigatoriedade ao proprietário do duto de permitir a passagem do gás de outras empresas. Isso não é feito. Não é feito e não existe a intenção de fazê-lo. Existia, sim, a intenção de tirar a Petrobras do gás, e conseguiram tirar a Petrobras do gás. Agora querem colocar na lei que a Petrobras não poderá voltar a investir no gás. Isso é um atraso para o país.

Qualquer empresa petrolífera no mundo procura verticalizar as suas atividades. É isso o que acontece com as empresas de gás na Rússia e o que acontece com as empresas de petróleo e gás na Arábia Saudita. É isso o que vem ocorrendo. Agora, no Brasil, não. A maior empresa do país é impossibilitada de participar do mercado de gás. Nós somos contra isso.

No debate dessa lei de 2007, eu fui contra a ideia de que não houvesse um artigo para garantir que a Petrobras permitisse a passagem do gás de outras empresas. É evidente que tem que deixar passar, é evidente que tem que permitir uma liberdade de transporte. Por outro lado, é exatamente a Petrobras que tem as maiores e melhores condições para implantar uma rede de duto.



Foto: Divulgação Petrobras

Foto: Andre Motta de Souza - Agência Petrobras

O relator desse projeto insiste comigo - nós já debatemos isso inúmeras vezes e, provavelmente, vamos debater aqui no dia de hoje - que é necessário que haja um mercado, para que a infraestrutura chegue depois. Eu sou da linha “kaleckiana, de Michal Kalecki”, economista que dizia que a oferta cria a sua própria demanda. Não é a demanda que cria a oferta. A oferta seria levar o gás e fazer com que ele chegasse barato e competitivo aos mercados do interior. Com isso, vai haver, sim, um aumento no consumo.

Agora, se não houver gás chegando, como ele chegará? Vai chegar numa fila de caminhões? É essa a solução. E essa solução não contempla a modernidade do Brasil, onde nós já temos duto para transportar álcool, duto para transportar petróleo e duto para transportar gás.

Política de Paulo Guedes é gerar empregos e renda fora do país

Agora, querer dizer que não, que só vai haver o duto quando tivermos o mercado? Nós não vamos ter o mercado nunca. Não vamos ter a utilização do gás nunca. O gás vai continuar sendo reinjetado lá no posto do pré-sal ou teremos gás importado dos Estados Unidos. E isso vai gerar emprego onde? Nos Estados Unidos. Aliás, esta é a tônica da política de Paulo Guedes: gerar emprego fora do Brasil. E não existe perspectiva nenhuma de geração de emprego em nosso país.



Foto: Web



Foto: Divulgação Petróbras

Nós precisamos, sim, de um modelo que permita a extração do gás do pré-sal e que gere royalties para os Estados, para os Municípios e para a União. Precisamos de uma política de extração de gás que gere um avanço na infraestrutura nacional, e não uma política de gás na qual passemos a ser importadores de gás.

Aliás, já temos importado muito gás ultimamente, principalmente em alguns portos do país. Nós precisamos desenvolver a utilização da nossa riqueza e os mercados de consumo para a nossa riqueza.

Foi apresentada aqui uma ideia, nesses debates todos, de criação de usinas térmicas a gás como âncora desse tipo de incentivo para construção dos gasodutos. O relator e o governo não aceitam - simplesmente, não aceitam. É lamentável isso, porque nós também trabalhamos e discutimos aqui a utilização de recursos do Fundo Especial do Petróleo para implantação dos gasodutos e o retorno desses recursos para o próprio

fundo. Nós aprovamos na Câmara, aprovamos no Senado, e agora, evidentemente, o governo vai vetar esse artigo.

Isso porque a política desse governo é a política de privilegiar o mercado. Só que o mercado hoje fala: “Não, é melhor importar gás do que utilizar a riqueza nacional que nós temos lá no pré-sal”. Essa concepção é a que está afundando o Brasil. É a concepção que não propõe que nós utilizemos aquilo que é nosso. É a concepção que previu que a Petrobras fechasse as fábricas de fertilizantes. O Brasil, um país agrícola, um país com a agricultura que tem, não tem fábricas de fertilizantes, porque a Petrobras resolveu fechá-las.

A riqueza do Brasil deve ser voltada para o povo brasileiro



Foto: thinkphoto / Shutterstock.com

Foto: Gustavo Bezerra

Então, é disto que nós estamos falando. Qual é a política de desenvolvimento que esse governo propõe? Qual é a política de crescimento econômico? Qual é a política de utilização das nossas riquezas naturais? Absolutamente nenhuma.

Nessa situação em que nós estamos, com 20 milhões de desempregados, com pessoas que não têm onde bater à porta para achar emprego, a prioridade desse governo deveria ser geração de emprego. E o que nós estamos votando aqui hoje é um projeto que não vai criar empregos no Brasil, é um projeto que é uma enganação. Quero registrar aqui desta tribuna: daqui a 1 ano, 2 anos, 3 anos, 5 anos, nós vamos voltar a debater aqui essa política do gás. Será uma política em que nós vamos ter muito gás importado e vamos ter muito gás desperdiçado no pré-sal.

É por isso, Sr. Presidente, que nós seremos contra esse projeto. Nós achamos o projeto inócua, antinacional, contra as nossas riquezas e só um incentivo à importação do gás.

ZARATTINI APRESENTOU PROJETO PARA GARANTIR RENDA E REDUÇÃO DE CUSTOS PARA PROFISSIONAIS DO TRANSPORTE DURANTE A CRISE DO CORONAVÍRUS

O projeto de Lei 1189/2020, de autoria do deputado Carlos Zarattini, tem por objetivo garantir a renda e a redução dos custos da atividade laboral de taxistas, caminhoneiros, motoristas de ônibus autônomos e de transporte escolar, além de mototaxistas e motoboys que tenham financiamento de seus veículos automotores possam suspendê-los pelo prazo da quarentena e até 3 meses após seu término e, desta forma, possam recuperar a renda.

A proposta ainda aguarda para ser votada na Câmara e foi apresentada em parceria com o deputado federal Helder Salomão (PT/ES).



Foto: Reprodução - TV Bahia

CONGRESSO APROVOU AJUDA DE R\$ 3 BILHÕES PARA O SETOR CULTURAL

“Aprovamos a lei 1075/20, apelidada de Lei Aldir Blanc, em homenagem ao compositor que faleceu por decorrência da covid-19. A lei destinou R\$ 3 bilhões para ações emergenciais voltadas para trabalhadores e agentes da cultura e centros culturais para minimizar os impactos da pandemia no setor”, comemorou Zarattini.

A lei previa o pagamento de R\$ 600 por três meses para agentes culturais. Já os espaços culturais puderam receber de 3 a 10 mil reais de repasses municipais ou estaduais para manterem suas organizações durante o período do isolamento social.

ZARATTINI DENUNCIOU AÇÃO DE BRUNO COVAS: NÃO SE PODE REDUZIR O TRANSPORTE PÚBLICO EM PLENA PANDEMIA

Discurso proferido no Plenário da
Câmara no dia 1/9/2020.

Em meio à crise de saúde pública, o prefeito Bruno Covas reduziu a frota de ônibus na cidade de São Paulo. O líder da Minoria no Congresso Nacional, deputado federal Carlos Zarattini, criticou o descaso dos tucanos com a população. “Num momento como este, em que vivemos uma pandemia, estamos observando que os ônibus, nas grandes cidades, continuam andando lotados. Houve redução da frota. Em São Paulo, Covas autorizou a redução da frota. Ou seja, não dá a mínima para as condições de sobrevivência do povo”.

ZARATTINI DESTINOU R\$ 4,7 MILHÕES PARA O SUS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Encaminhei recurso na ordem de R\$ 4,7 milhões para o Estado de São Paulo para contribuir com o combate ao covid-19. Recursos das emendas parlamentares foram enviados para as prefeituras do Estado de São Paulo. Juntos somos mais fortes!

ZARATTINI GARANTIU ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA CONTA DE LUZ PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA POR TRÊS MESES



Foto: Web

Proposta do deputado Zarattini garantiu que o governo federal isentasse famílias inseridas no programa Tarifa Social de Energia Elétrica do pagamento da conta de luz por três meses. “A medida garantiu um fôlego para os trabalhadores mais pobres que estão sofrendo com o desemprego e a suspensão das atividades informais, ocorridas por causa do isolamento social”, declarou Zarattini.



“PARA QUE ESSA ANGÚSTIA?”: O GOVERNO BOLSONARO NÃO CUIDA DO POVO BRASILEIRO

Discurso proferido na Câmara no dia 16 de dezembro de 2020

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, Sra. Presidenta, eu acabei de ouvir agora, na cerimônia de lançamento do plano de vacinação do Presidente da República, o General Pazuello dizer: “Para que essa angústia?” E, ontem, o Presidente disse que não vai se vacinar, que ninguém vai obrigá-lo a se vacinar.



Foto: Agência Brasil

Não é uma “gripezinha”. Vacina já!

Ora, nós estamos com mais de 180 mil mortes neste País por conta da COVID-19. Nós temos um ambiente em que a COVID-19 volta a se alastrar, a pandemia aumenta. Não temos recursos previstos para o ano que vem nem para a vacinação nem para o tratamento dos infectados e doentes. E o Governo trata isso da mesma forma como vem tratando desde o início, em março deste ano, quando tratava isso como uma gripezinha.

A economia do Brasil está se arrebetando: são 20 milhões de desempregados e milhares de empresas falidas. E o Sr. Paulo Guedes continua dizendo, com a maior cara de pau, que vai recuperar a economia em V, quer dizer, que vai haver uma grande expansão da economia. (...)

Este Congresso Nacional não pode assistir a esta situação do País como se fosse normal. Nós não estamos vivendo aqui uma situação normal! O Sr. Barroso, Ministro do Supremo Tribunal Federal, deu uma entrevista ontem a uma rádio e disse que nós vivemos uma normalidade democrática. Que normalidade democrática é essa, se as pessoas, milhões de brasileiros, estão cada vez mais vivendo na miséria, o País não tem empregos e vivemos esta pandemia absurda?

Impeachment de Bolsonaro é urgente é necessário

Nós somos o terceiro país em número de infectados, o segundo em número de mortes e o primeiro em número de mortes por pessoas infectadas. Esses são os nossos recordes, as medalhas de ouro, de prata e de bronze do Sr. Jair Bolsonaro e de sua equipe destruidora do Brasil.

Este Congresso Nacional, a partir do ano que vem, tem que aprofundar a discussão sobre o País e de fato tomar medidas concretas para avaliar este Governo.

Esperamos que o próximo Presidente ou a próxima Presidenta da Câmara dos Deputados tenha a coragem necessária de abrir um processo de impeachment do Presidente, com base nos mais de 50 pedidos que estão na mesa da Presidência da Câmara dos Deputados. É necessário fazer essa discussão, para que este Congresso possa fazer a avaliação dos crimes de responsabilidade do Sr. Jair Messias Bolsonaro, os quais não são poucos e estão levando à destruição do Brasil.

Muito obrigado.

#VACINAJÁ

Foto: Gustavo Bezerra





Além de sua extensa atividade parlamentar, o Deputado Zarattini também está sempre presente nas lutas dos movimentos sociais para construir uma sociedade mais justa, onde os direitos das pessoas sejam respeitados e a vida seja mais digna e menos desigual.

Entre em contato com a gente:

Em São Paulo:

Av. Vital Brasil, 305
11º andar, SI 1101
Butantã - São Paulo
SP - CEP 05503-001
Tel.: (11) 3765-1728

E-mail: dep.zarattini@uol.com.br

 **WhatsApp**
(11) 99515-1370

 **Facebook**
[@dep.zarattini](https://www.facebook.com/dep.zarattini)

 **Twitter**
[@carloszarattini](https://twitter.com/carloszarattini)

 **Youtube**
Papo Reto com Zarattini

 **Instagram**
[@depzarattini](https://www.instagram.com/depzarattini)

 **TikTok**
[@carloszarattini](https://www.tiktok.com/@carloszarattini)

 **Site**
zarattinipt.com.br

Em Brasília:

Câmara dos Deputados
Anexo IV - Gabinete 808
Brasília - DF
CEP 70160-900
Tel.: (61) 3215-5808

E-mail: dep.carloszarattini@camara.leg.br